

# **LIMPEZA URBANA EM DIVERSOS LOCAIS DO CONCELHO DE ALCOUTIM ANO 2025**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

## **Parte I**

### **DO CONTRATO**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas relativas ao procedimento que tem por objeto principal a **limpeza urbana em diversos locais do concelho de Alcoutim – ano 2025**.

#### **Artigo 2.º**

##### **Forma e documentos contratuais**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos (*Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito, cfr. artigos 94.º e 95.º do Código dos Contratos Públicos*).
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
  - a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pela entidade convidada, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Artigo 3.º**

##### **Critério de adjudicação**

O critério de adjudicação a aplicar é a proposta de mais baixo preço (na modalidade de monofator, através da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar).

#### **Artigo 4.º**

##### **Duração do contrato**

O contrato de execução tem a duração máxima de **42 semanas** (até 31 de dezembro de 2025).

### **Artigo 5.º**

#### **Obrigações do adjudicatário**

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
  - b) Efetuar o serviço, conforme as Especificações Técnicas e requisitos mínimos constantes do caderno de encargos;
  - c) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
  - d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o fato que torne total ou parcialmente impossível a manutenção dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
  - e) Não alterar as condições do procedimento fora dos casos previstos no caderno de encargos;
  - f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
  - g) Comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
  - h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
  - i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

### **Artigo 6.º**

#### **Obrigações da entidade adjudicante**

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário;

### **Artigo 7.º**

#### **Patentes, licenças e marcas registadas**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

## **Artigo 8.º**

### **Alterações ao contrato**

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

## **Artigo 9.º**

### **Cessão da posição contratual**

A cessão da posição contratual obedece ao disposto nos artigos 317.º a 319.º do CCP.

## **Artigo 10.º**

### **Subcontratação**

1. O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

## **Artigo 11.º**

### **Preço base**

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de **€ 19.320,00** (dezanove mil trezentos e vinte euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

## **Artigo 12.º**

### **Preço e condições de pagamento**

A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Artigo 13.º****Boa-fé**

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

**Artigo 14.º****Uso de sinais distintivos**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

**Parte II****CLAÚSULAS TÉCNICAS****Artigo 15.º****Especificações técnicas**

1. O presente procedimento tem como objeto a prestação de serviços de limpeza de espaços públicos e compreende as seguintes tarefas:
  - a) Varredura mecânica e/ou manual:
    - Varredura do espaço público;
    - Remoção de ervas, folhas, galhos e outros detritos;
  - b) Recolha de resíduos sólidos urbanos:
    - Recolha de resíduos em papelerias;
    - Limpeza e recolha de resíduos espalhados no chão;
  - c) Limpeza de grelhas e sumidouros:
    - Limpeza e desentupimento de grelhas e sumidouros das vias públicas;
    - Remoção de detritos e sedimentos;
  - d) Deservagem mecânica e/ou manual:
    - Corte de vegetação em áreas verdes, taludes e outros locais;
    - Remoção da vegetação cortada;
    - Utilização de meios mecânicos e/ou manuais adequados para cada tipo de terreno e vegetação.
2. Os trabalhos a executar deverão ser realizados uma vez por semana, em cada um dos espaços indicados no artigo seguinte, à exceção do passadiço de madeira entre Guerreiros do Rio e Laranjeiras, onde a intervenção será realizada apenas uma vez.

**Artigo 16.º****Local e prazo**

1. O serviço objeto do presente contrato é executado nos seguintes espaços da União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro, conforme plantas presentes no Anexo I:
  - a) Cais de Guerreiros do Rio;
  - b) Cais de Laranjeiras;

- c) Zona envolvente da igreja de Nossa Senhora da Conceição (Alcoutim);
  - d) Zona envolvente do castelo (Alcoutim);
  - e) Passadiço de madeira entre Guerreiros do Rio e Laranjeiras (a intervenção nesta área será realizada apenas uma vez, no início da prestação de serviço).
2. O serviço será realizado no prazo máximo de **42 semanas** (até 31 de dezembro de 2025).

### **Parte III**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 17.º**

##### **Resolução sancionatória por incumprimento contratual**

O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato.

#### **Artigo 18.º**

##### **Comunicações e notificações**

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

À atenção de:

Município de Alcoutim

Rua do Município,12, 8970-066 Alcoutim

Fax: 281 546 363

E-mail: geral@cm-alcoutim.pt

#### **Artigo 19.º**

##### **Cláusula arbitral e foro competente**

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
2. A arbitragem será realizada por Tribunal Arbitral, composto por três árbitros, sendo um escolhido pela entidade adjudicante, outro pelo adjudicatário e um terceiro, que presidirá, escolhido pelos dois árbitros anteriores.
3. A nomeação dos árbitros pelas partes deverá ser feita no prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção, por escrito, do pedido de arbitragem.
4. Na falta de acordo, o árbitro presidente será designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo a requerimento de qualquer das partes.

5. Se decorrerem mais de 3 (três) meses sobre a data da indicação do primeiro árbitro sem que o Tribunal Arbitral esteja constituído, pode qualquer das partes recorrer aos tribunais administrativos, considerando-se, então, devolvida a jurisdição a esses tribunais.
6. Se não houver acordo quanto ao objeto do litígio, o mesmo será o que resultar da petição da parte demandante e da resposta da parte demandada, se a houver, sendo fixado pelo árbitro presidente.
7. O Tribunal Arbitral funcionará em Alcoutim e julgará segundo a equidade, devendo a respetiva decisão ser proferida no prazo de 3 (três) meses a contar do termo da instrução do processo.
8. Das decisões do Tribunal Arbitral cabe recurso nos termos gerais do direito.
9. Em tudo o omissa é aplicável o disposto na Lei n.º 31/86, de 29 de agosto e no Título IX do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

### **Artigo 20.º**

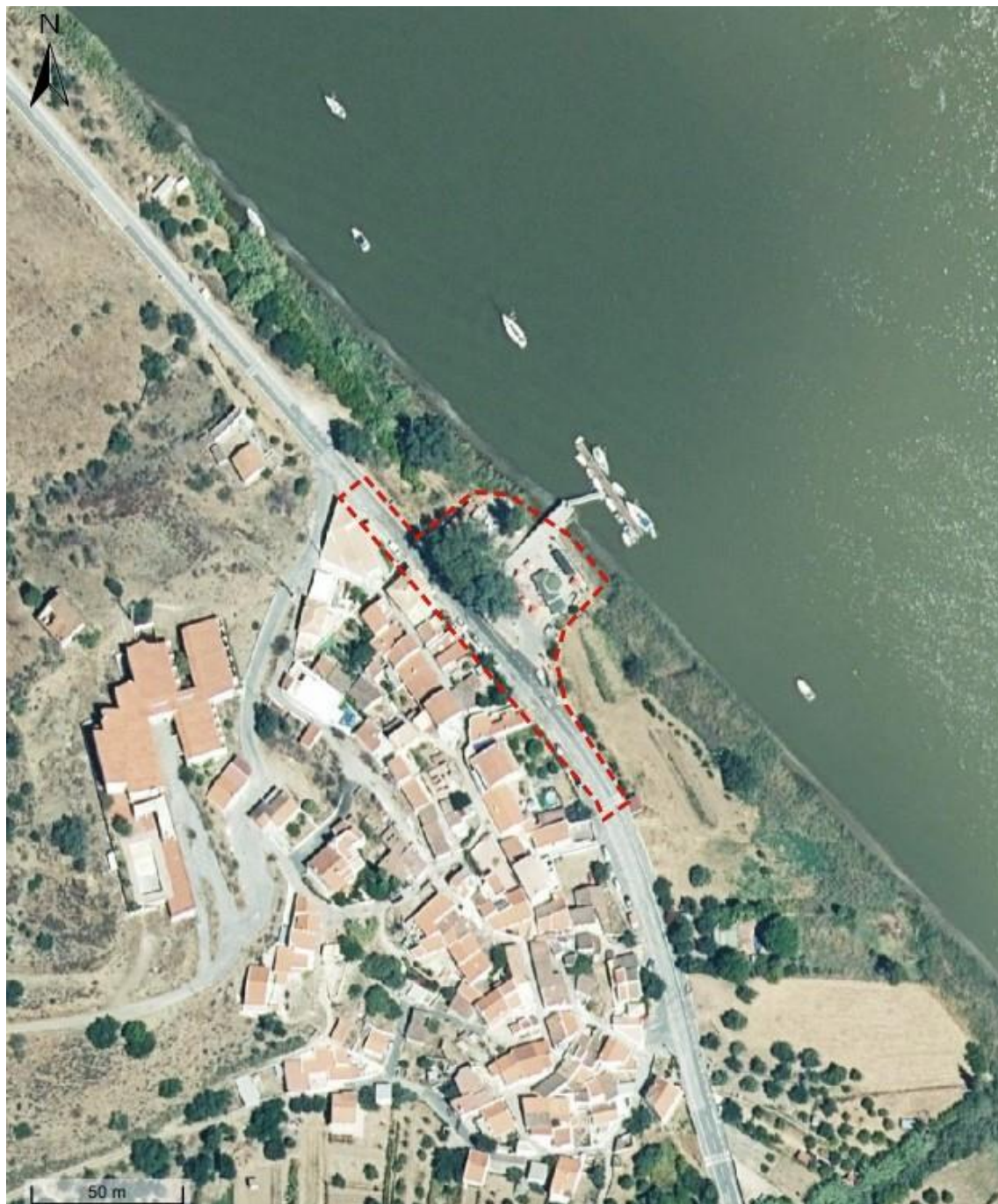
#### **Direito aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do CCP.



## ANEXO I

### Áreas de intervenção



Cais de Guerreiros do Rio





Cais das Laranjeiras





Zona envolvente da igreja de Nossa Senhora da Conceição (Alcoutim)





Zona envolvente do castelo (Alcoutim)